



O PAPEL DO ENSINO ESCOLAR E OS CONFLITOS DE IDEOLOGIA

Guilherme Leite Galvão¹, Letícia Araújo Fernandes²,

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar uma notificação extrajudicial, assinada por 128 pais de um grande colégio da cidade de Belo Horizonte que se opõem ao ensino de diversidade de gênero, identificando, com base no percurso gerativo do sentido, fundamentado em Hjelmslev, os valores que subjazem a argumentação desses pais, procurando contribuir para a defesa da pluralidade nas escolas, e de um ensino verdadeiramente inclusivo.

Palavras-chave: ensino, ideologia, pais, escola-sem-partido

1. Introdução:

Em 2 de julho de 2017, as unidades do Colégio Santo Agostinho (Belo Horizonte, Contagem e Nova Lima) receberam, de um grupo de cerca de 180 pais, segundo a instituição, uma notificação extrajudicial que delas exigia uma mudança de postura quanto à abordagem relativa ao ensino de gênero em seu currículo. A notificação, movida por concepções conservadoras e religiosas, inspirados no projeto chamado “Escola sem Partido”, acusava a direção da instituição de negligenciar valores cristãos por ela defendidos e, dessa forma, ferir os direitos desses pais de tomarem a decisão sobre a criação de seus filhos. Dada a presença de movimentos análogos a esse por todo o Brasil, sob a égide do movimento chamado Escola sem Partido, procuramos tornar essa notificação nosso objeto de análise semiótica, procurando, assim,

¹ Graduando em Letras pela UFMG/guileitegalvao@hotmail.com

² Graduanda em Letras pela UFMG/af.leticia1@gmail.com



“desmembrar”, seguindo o percurso gerativo do sentido, fundamentado nos trabalhos de Hjelmslev, analisando os níveis fundamental, narrativo e discursivo, com fins de *entender* as manipulações ocorridas na notificação, procurando, assim, visualizar nossa hipótese de que manifestações análogas à que analisaremos não se baseiam fundamentalmente em uma preocupação com os rumos da educação brasileira, mas sim com a manutenção de valores conservadores e “católicos” em uma sociedade cujas lutas das minorias socialmente excluídas vem ganhando, merecidamente, cada vez mais espaço.

2. Dos Fatos

Uma primeira análise, no nível fundamental do discurso, nos permite perceber que foi estabelecida uma oposição de determinados valores no texto da notificação em questão. Essa oposição pode ser apontada no seguinte quadro semiótico:

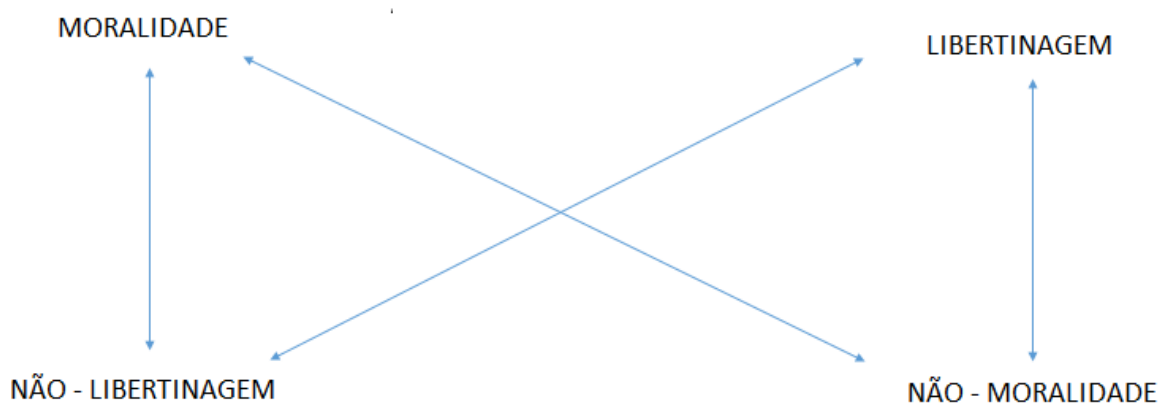


Figura 1 – Quadro semiótico de valores



Aqui, percebemos dois elementos opostos: os valores do enunciador e os valores do enunciatário, representados, no ponto de vista dos pais signatários da notificação, pela moralidade e pela libertinagem, respectivamente.

Contraditório à defesa da moralidade pelo enunciador, temos, de seu ponto de vista, a defesa da libertinagem pelo enunciatário, “encarnada” no ensino da chamada “ideologia de gênero”, que pressuporia uma defesa, por parte da instituição escolar, do ensino de práticas “amorais” aos seus estudantes. A contradição à libertinagem defendida pela instituição estaria a postura dos enunciador de não-libertinagem, i.e., de liberdade para exercer seus direitos e exigir uma educação “correta” a seus filhos. O ensino da “ideologia de gênero”, então, seria uma expressão da não-moralidade da instituição, atentando contra a liberdade do enunciador.

Essencialmente, o que o quadro semiótico nos mostra é que, no ponto de vista do enunciatário, há um confronto entre o certo, representado pelo enunciador e seus valores morais, contra a libertinagem e a favor da moralidade, e o errado, presente na figura do enunciatário e na sua defesa da libertinagem e da não-moralidade, além de transgredir os direitos do enunciador.

Essa dicotomia se constrói a partir de estratégias que visam revestir o texto de uma imparcialidade. No nível discursivo, percebe-se que a notificação se estrutura de forma a ilustrar um enunciatário imparcial, preocupado com o lado da “verdade”, e não com suas concepções ideológicas e subjetivas – que, no seu discurso, são aquelas que motivam a atuação do enunciatário. Para isso, o sujeito enunciador se utiliza de elementos revestidos de autoridade e legitimidade, tais quais a legislação, as figuras públicas de autoridade, as prerrogativas sociais da família etc. alguns trechos podem exemplificar essa análise, tais quais:



“A PROTEÇÃO DA INFÂNCIA E O RECONHECIMENTO DE SUA FRAGILIDADE PSICOLÓGICA impõem a observação das leis pertinentes, inclusive o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, o Código Penal Brasileiro, Convenção da ONU sobre os Direitos das Crianças, aprovada em 1989 e incorporada no Brasil em 1990 e, especialmente, a Constituição Federal do Brasil/1988. ”

“o Código Civil determina que os pais têm o dever e a responsabilidade no sustento material e moral de seus filhos, e ainda, o dever de criá-los e educá-los (Art. 1.634 – Compete a ambos os pais, qualquer que seja a sua situação conjugal, o pleno exercício do poder familiar, que consiste em, quanto aos filhos: I – dirigir-lhes a criação e a educação;)”

“Todas as instituições de ensino são subordinadas às regras legais acima descritas, inclusive às impostas pela Constituição Federal de 1988 e pelo Plano Nacional de Educação – Lei 13.005/2014, além do Plano Municipal de Educação de Belo Horizonte, sendo passíveis de controle e repreensão judicial. ”

Aliada a essa imagem de imparcialidade, temos o uso dessas citações como formas de imprimir ao texto elementos de verdade, pois são referências reais, verificáveis e reconhecidas por toda a sociedade. Que tais elementos tenham sido inseridos no texto *articulados a uma interpretação pessoal e subjetiva do enunciador* não é algo explicitado no texto. No nível discursivo, esses elementos assumem caráter de fatos concretos, *verdades*, portanto, seriam incontestáveis.

Essas estratégias visam mostrar uma temática clara: os pais requerem para si o direito de criar seus filhos segundo concepções que lhes são próprias, não competindo à instituição escolar imprimir ideologias na educação formal dos estudantes.



Nesse contexto, passando para o nível narrativo do discurso, que trata das relações entre sujeito (conjunto de pais signatários) e objeto (casa dos valores do sujeito).

A princípio, podemos considerar que o direito de criar os filhos segundo suas próprias convicções seria o objeto do discurso em questão. As estratégias argumentativas principais presentes no texto encaminham o leitor para o entendimento de que o direito desses pais está sendo infringido. Contudo, valendo-nos da análise feita sobretudo dos valores subjacentes ao discurso, é possível perceber que as críticas são revestidas de ideologias conservadoras e de parcialidade cuja raiz encontra origem em preceitos cristãos. Em determinado trecho, os autores do documento alegam: “Salientamos que [*sic*] por tudo o que está acontecendo, acreditamos que está ocorrendo um desencontro entre a escola e a doutrina Agostiniana”, o que aponta uma preocupação dos sujeitos com o perfil religioso da instituição em questão. Logo, pode-se concluir que este seria o objeto-fim, ou descritivo, desse sujeito, isto é, o que ele realmente pretende alcançar com a notificação em questão, fazendo com que a preocupação com os direitos dessa família sejam, nesse contexto, um objeto-modal, isto é, aquele ao qual o sujeito se conjuga para que possa alcançar o objeto-fim.

3. Conclusão

A análise semiótica, a partir da teoria do percurso gerativo do sentido, da notificação extrajudicial enviada a três unidades do Colégio Santo Agostinho, em Belo Horizonte e região metropolitana, comprovou nossa hipótese inicial, que é justamente as motivações conservadoras e católicas presentes na articulação do discurso, e não, como seria de se esperar, uma preocupação genuína com a educação de suas crianças. Identificamos ainda, e isso realmente não era esperado por nós, a utilização manipulativa de discursos de autoridade e, teoricamente, imparciais, como a



Constituição Brasileira e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Referências

BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Teoria semiótica do texto**. São Paulo: Editora Ática, 2005.

Notificação dos pais ao colégio Santo Agostinho encontrada no link: [://blog.comshalom.org/carmadelio/52953-leia-integra-da-notificacao-extra-judicial-enviada-colegio-catolico-pelos-pais-dos-alunos-sobre-ideologia-do-genero](http://blog.comshalom.org/carmadelio/52953-leia-integra-da-notificacao-extra-judicial-enviada-colegio-catolico-pelos-pais-dos-alunos-sobre-ideologia-do-genero) (acesso em 05 de setembro de 2017)